



CAPÍTULO 06

DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps24.c06.ed05>

DESAFIOS E PRÁTICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PROMOÇÃO DE INCLUSÃO, ACOLHIMENTO E EQUIDADE SOB A PERSPECTIVA FARMACÊUTICA

CHALLENGES AND PRACTICES IN PRIMARY HEALTH CARE TO CARE FOR PEOPLE IN HOMELESS SITUATIONS: PROMOTING INCLUSION, WELCOME AND EQUITY FROM A PHARMACEUTICAL PERSPECTIVE

LANNARA SOFIA DE ARAÚJO PEREIRA

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

MARIA CLARA SALES RODRIGUES

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

LUCAS MALAQUIAS FRANÇA

Graduando em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

FREDERICO FERREIRA DE ARAÚJO CLARO

Graduando em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

LIARA LYN BENEDITO MOURA

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

VITÓRIA RÉGIA VASCONCELOS MARQUES DOS SANTOS

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

ÁGATA DA SILVA MACHADO

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

BIANCA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

LÍDIA ESTER FERNANDES DE ARAÚJO LEAL

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

KEYLA LIANA BEZERRA MACHADO

Farmacêutica e Mestranda em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO

Objetivo: Analisar os desafios e práticas na Atenção Primária à Saúde para o atendimento de pessoas em situação de rua, com ênfase na promoção de inclusão, acolhimento e equidade sob a perspectiva farmacêutica. **Metodologia:** Foi adotada uma abordagem metodológica baseada



em pesquisa bibliográfica nos repositórios PubMed e SciELO. Utilizou-se os termos “pessoas em situação de rua”, “saúde” e “equidade”, refinados com operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão foram estudos publicados entre 2019 e 2024 sobre o acesso à saúde por pessoas em situação de rua no Brasil, enquanto foram excluídos estudos fora do tema, duplicados e fora do período estabelecido. A busca inicial gerou 120 materiais, dos quais 13 foram selecionados após a aplicação dos critérios. **Resultados e Discussão:** A Atenção Primária à Saúde desempenha um papel crucial na promoção da saúde e dignidade das pessoas em situação de rua, que enfrentam desafios como discriminação, falta de documentação e dificuldades no acesso a medicamentos. A alta prevalência de doenças infecciosas e problemas de saúde bucal é alarmante. A presença do farmacêutico é fundamental para melhorar o acesso a medicamentos e promover o uso racional. Destaca-se a necessidade de políticas públicas adaptadas, integração entre serviços de saúde e órgãos sociais, e estratégias inclusivas para superar estigmas e garantir o acolhimento adequado. **Considerações Finais:** Este trabalho ressalta a importância de políticas sensíveis às especificidades das pessoas em situações de rua, a formação e capacitação contínua dos profissionais de saúde, e a educação interprofissional para criar equipes eficazes. Limitações incluem a falta de dados atualizados e a escassez de estudos sobre abordagens inovadoras. Novas pesquisas são necessárias para explorar estratégias de intervenção mais eficazes, avaliar o impacto das políticas de saúde e identificar barreiras no acesso aos serviços, contribuindo para um sistema de saúde mais inclusivo e sensível às necessidades dessa população vulnerável.

Palavras-chave: atenção primária; pessoas em situação de rua; inclusão; equidade.

ABSTRACT

Objective: To analyze the challenges and practices in Primary Health Care for addressing the needs of people experiencing homelessness, with a focus on promoting inclusion, welcoming, and equity from a pharmaceutical perspective. **Methodology:** A methodological approach based on bibliographic research was adopted using the PubMed and SciELO databases. The search terms “people experiencing homelessness,” “health,” and “equity” were used, refined with Boolean operators AND and OR. Inclusion criteria were studies published between 2019 and 2024 concerning access to health care for people experiencing homelessness in Brazil, while studies outside the topic, duplicates, and those outside the specified period were excluded. The initial search yielded 120 materials, of which 13 were selected after applying the criteria. **Results and Discussion:** Primary Health Care plays a crucial role in promoting the health and dignity of people experiencing homelessness, facing challenges such as discrimination, lack of documentation, and difficulties accessing medications. The high prevalence of infectious diseases and oral health problems is alarming. The presence of pharmacists is essential for improving access to medications and promoting rational use. The need for adapted public policies, integration between health services and social agencies, and inclusive strategies to overcome stigma and ensure proper care is highlighted. **Final Considerations:** This work emphasizes the importance of policies sensitive to the specific needs of people experiencing homelessness, continuous training and education of health professionals, and interprofessional education to create effective teams. Limitations include a lack of updated data and a scarcity of studies on innovative approaches. Further research is needed to explore more effective intervention strategies, assess the impact of health policies, and identify barriers to accessing services, contributing to a more inclusive health system sensitive to the needs of this vulnerable population.

Keywords: primary health care; people experiencing homelessness; inclusion; equity.

1 INTRODUÇÃO

Conforme o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum as condições de pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente (Brasil, 2009).

Desse modo, a inclusão das pessoas em situação de rua (PSR) nos serviços de saúde pública ainda representa um desafio para os profissionais e gestores da área. Por se tratar de um grupo vulnerável e com particularidades, faz-se necessário que aqueles que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um de seus princípios a equidade, estejam aptos e dispostos a acolher essa população de forma mais humanizada.

Nesse sentido, a população em situação de rua representa uma questão social multifacetada, influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos. Esses indivíduos, frequentemente marginalizados pela sociedade, enfrentam condições de vida adversas que impactam diretamente na sua saúde física e mental, pois é elevada a prevalência de problemas de saúde como tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), dermatites, comorbidades psiquiátricas, além do uso abusivo de álcool e outras drogas. Em razão desses fatores, a caracterização da PSR passa na literatura científica, na própria vivência clínica nos serviços de saúde, nos veículos midiáticos e no senso comum por um conjunto de simbolismos sociais altamente estigmatizantes, o que implica em dificuldades de reintegração familiares e sociais (Brito, 2022).

Nesse viés, observa-se que mesmo com relevantes conquistas legais, como os direitos previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), há muito o que se enfrentar para a garantia de um atendimento equitativo à PSR. Embora a saúde tenha sido estabelecida como um direito universal pela Constituição Federal de 1988, o acesso ao SUS pelas populações mais vulneráveis, com a devida adequação dos serviços e ações existentes, precisa ser considerado com maior atenção, visando à promoção da equidade (Valle, 2020).

Sob essa perspectiva, ainda que o acesso aos cuidados de saúde seja fundamental para o desempenho dos sistemas de saúde globalmente, para pessoas em situação de rua esse conceito é ainda mais complexo: diversas barreiras dificultam o acesso adequado a esses cuidados, incluindo discriminação, inacessibilidade e falta de informações (Farias *et al.*, 2021). A pobreza e a marginalização social, junto com fatores individuais como o conhecimento sobre o sistema de saúde e os estigmas associados a esse tema, influenciam de modo considerável a

utilização dos serviços. Além disso, a falta de acolhimento e a percepção de indiferença por parte dos profissionais de saúde contribuem para a dificuldade de acesso e continuidade do cuidado, refletindo em taxas elevadas de reingresso e uma prevalência superior de agravos como por exemplo a tuberculose (Macedo *et al.*, 2021).

Dada a complexidade desse cenário, é fulcral que políticas públicas e programas de saúde sejam adaptados para atender às necessidades específicas dessa população, promovendo uma articulação eficaz entre serviços de saúde e órgãos sociais. Tendo em vista isso, o objetivo deste estudo é, sob a perspectiva farmacêutica, analisar como essas medidas podem ser aprimoradas, abordando os principais desafios enfrentados por pessoas em situação de rua, com base em dados extraídos de repositórios como PubMed e SciELO. Logo, a importância deste trabalho está em sua capacidade de subsidiar futuros estudos, apoiar o desenvolvimento de programas direcionados e evidenciar a estigmatização enfrentada por essa população, destacando a necessidade de abordagens mais inclusivas e eficazes.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura. Para conduzir este estudo foi adotada uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica em repositórios especializados. Os principais repositórios consultados foram PubMed e SciELO. Os termos de busca, selecionados para abranger os aspectos fundamentais da pesquisa, foram "pessoas em situação de rua", "saúde" e "equidade". A pesquisa foi refinada com o uso dos operadores *booleanos* AND e OR para combinar os termos de busca: "AND" foi utilizado para focar em aspectos específicos como "pessoas em situação de rua" AND "saúde", e "OR" para expandir a busca incluindo termos como "equidade" OR "saúde".

Tendo em vista a garantia da qualidade deste trabalho, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão englobaram estudos publicados em periódicos no intervalo de 2019-2024 que tratassem especificamente do panorama brasileiro do acesso à saúde pelas pessoas em situação de rua e que estivessem disponíveis em texto integral. Por outro lado, foram excluídos estudos que os títulos e resumos não estavam coerentes com o tema abordado, aqueles encontrados em duplicidade e ainda os que não se enquadraram no período estabelecido.

A busca inicial abrangeu 120 materiais, após a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, foram selecionados 22 artigos para a leitura na íntegra, dos quais 13 foram escolhidos para a fundamentação deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atenção primária à saúde (APS) possui um papel fundamental na promoção da saúde de populações negligenciadas. Nesse contexto, uma fração populacional que merece destaque no contexto brasileiro refere-se às pessoas em situação de rua, uma vez que a complexidade das necessidades de saúde dessa população exige abordagens integradas e multifacetadas, que levem em consideração não apenas as condições clínicas, mas também os determinantes sociais da saúde, como moradia, alimentação e acesso a serviços básicos. Dessa forma, neste estudo, busca-se alertar e discutir os desafios e as práticas na APS voltadas para o atendimento de pessoas em situação de rua, com ênfase na promoção da inclusão, acolhimento e equidade.

Como mencionado anteriormente, no primeiro artigo do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, parágrafo único, é consolidada a compreensão oficial utilizada pelo Estado para a população em situação de rua (PSR). Com isso, a PSR passa a ser considerada como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, assim como a ausência de moradia, utilizando os espaços públicos, as áreas degradadas e unidades de acolhimento como local de moradia provisória (Decreto Nº 7.053, 2009). Dessa forma, refletir sobre o cuidado com a saúde da PSR demanda uma análise que vai além de suas condições como "moradores de rua", buscando uma abordagem mais próxima que considere as diversas dimensões que compõem suas trajetórias de vida (Jesus *et al.*, 2022). Entretanto, embora seja essencial conhecer o número real de pessoas em situação de rua para orientar políticas públicas, o IBGE ainda inclui em suas pesquisas apenas indivíduos com moradia fixa: para o censo de 2020, uma determinação judicial exigiu a inclusão da população em situação de rua, o que representa um avanço no entendimento dessa realidade nacional (Fernandes, 2021).

Ademais, dentro dessa parcela populacional, há subgrupos mais vulneráveis aos efeitos da vida nas ruas, pois a diferença no perfil das pessoas que vivem nessa situação é marcada por desigualdades sociais profundas, refletindo a intersecção de vários fatores, como gênero e raça. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, somente cerca de 18% do cenário nacional de pessoas em situação de rua é composto por mulheres (Brasil, 2008). Todavia, elas estão mais expostas à violência física, sexual e emocional, o que agrava suas condições de saúde mental e física. Além disso, muitas mulheres nessa situação são mães e enfrentam dificuldades adicionais relacionadas ao cuidado dos filhos, como foi evidenciado por Nardes e Giongo no estudo "Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas".



“Eu tive que escutar, eu tive que aguentar, eu me pergunto assim será que tudo isso foi necessário pra mim aprender alguma coisa? Será que isso daí foi meu aprendizado, uma lição de vida que eu tive que ter? Me refiro ao ser humano, sabe? Porque eu acho o seguinte: o ser ele falha, mas ele também tem coisas boas, assim como tu vê uma raiz de uma árvore podre e uma raiz de uma árvore nova, né, tu vai dar mais valor pra quem? Tu vai dar mais valor pra qual raiz? Tu vai cuidar da podre que tá apodrecendo ou tu vai cuidar da nova que pode dar mais galhos, né? E dos galhos se ela for frutífera, ela vai vir com mais frutos.” - Cora (Nardes; Giongo, 2017).

Outro ponto que precisa ser pontuado é a dependência química, dado que, além de ser um problema prevalente entre as pessoas em situação de rua, é um objeto de estudo relevante para a área farmacêutica. Nessa perspectiva, a Toxicologia Social estuda os efeitos das substâncias tóxicas considerando fatores sociais e comportamentais e, no curso de Farmácia, esse tema é importante porque ajuda os farmacêuticos a monitorar a segurança dos medicamentos, diagnosticar intoxicações, e participar da formulação de políticas públicas, promovendo práticas mais seguras e equitativas na saúde. Diante desse prisma, a vulnerabilidade social, combinada com o fácil acesso a drogas ilícitas, contribui para o aumento do abuso de substâncias prejudiciais, especialmente o *crack*, que teve um rápido aumento do consumo a partir da década de 1990 (Ramiro *et al.* 2014). O seguinte depoimento, retirado de um estudo realizado na Avenida Paulista, reflete como o ambiente desamparado das ruas propicia a entrada no ciclo de dependência.

“Não tô fazendo tratamento, porque onde eu faço é do lado da cracolândia, e como é nessa região, eu sei que se eu for eu não vou voltar (...) são lugares que eu prefiro evitar.” - E009 (Oliveira *et al.*, 2021).

Apesar da humanização ter sido estabelecida como uma política nacional, valorizando as subjetividades como essenciais para a compreensão dos problemas e a busca de soluções coletivas (MS, 2004), as experiências relatadas por usuários indicam que, na prática, alguns profissionais ainda adotam posturas discriminatórias, especialmente em relação aos dependentes de drogas. Tendo em vista isso, o artigo "Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua" ilustra essa questão por meio do depoimento de Tiago, um dos usuários, que manifesta seu descontentamento e revela não apenas o sentimento de discriminação, mas também a falta de uma abordagem verdadeiramente humanizada na prática profissional.

“Antes de ser usuário de crack, a gente somos ser humano, certo? A gente tem sentimento como qualquer outra pessoa tem... Só que a gente tem uma dificuldade maior, que é o vício, claro... O sangue que corre na veia, que nem o cara falou pra - mim, não é droga, é sangue.” - Tiago (Rossi; Tucci, 2020).

Além disso, pessoas em situação de rua enfrentam uma série de desafios que aumentam de forma exponencial a sua vulnerabilidade a doenças. Estudos demonstram que a incidência de tuberculose entre essa população é alarmantemente alta; de acordo com a Organização



Mundial da Saúde (OMS), a taxa de tuberculose em pessoas sem-teto pode ser até 20 vezes maior do que na população geral (Santos *et al.*, 2021). Ademais, a prevalência de outras doenças infecciosas, como hepatite C e HIV, também é significativamente elevada. A saúde bucal, frequentemente negligenciada, resulta em altos índices de cáries, doenças periodontais e perda dentária. Os resultados de um estudo realizado em adultos em situação de rua em duas cidades brasileiras indicam que em Blumenau, todos os participantes (n=15) apresentaram bolsas periodontais (espaços profundos ao redor dos dentes causados por perda de tecido gengival devido à doença periodontal, podendo levar à perda dentária se não tratados) e sangramento à sondagem, com uma prevalência de 100% e, em Natal, a maioria dos participantes (n=60) também mostrou bolsas periodontais como a condição mais severa (Machado *et al.*, 2022).

É importante citar também que uma das dificuldades para o acesso aos medicamentos, por pessoas em situação de rua, mais notável é a necessidade de comprovação de residência para o atendimento nas unidades básicas de atendimento do município dos mesmos. Seguindo a mesma lógica, essas pessoas também enfrentaram dificuldades para obter medicamentos devido à falta de renovação da receita ou à ausência de documentação (Valle *et al.*, 2020). Diante desse cenário, o farmacêutico é o profissional de saúde mais indicado na atenção primária para gerenciar atividades focadas na melhoria do acesso e na promoção do uso racional de medicamentos. Em outras palavras, o cuidado farmacêutico pode ser separado em serviços clínicos e administrativos, que constituem a assistência farmacêutica. Esta, por sua vez, possui suas ações determinadas pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica, assegurando, por meio do cuidado farmacêutico, os princípios de universalidade, integralidade e equidade (Oliveira *et al.*, 2022).

Sob essa óptica, a formação e atuação de estudantes e profissionais da saúde são essenciais para atender às necessidades específicas das pessoas em situação de rua. A inclusão de disciplinas e estágios voltados para essa população nos currículos acadêmicos é fundamental para sensibilizar e capacitar os futuros profissionais, como destacado no artigo "O acadêmico de Medicina frente à população em situação de rua: Trabalho colaborativo como ferramenta", que discute o Programa de Educação pelo Trabalho (PET) e a importância da equidade. Ainda nesse contexto, a educação interprofissional, que promove a colaboração entre diferentes áreas da saúde, é particularmente importante para a criação de equipes multidisciplinares eficazes, que possam fortalecer o desenvolvimento de competências culturais e de comunicação para o acolhimento adequado e humanizado à essa parcela populacional (SILVA *et al.*, 2015).

É importante mencionar que a estratégia de fortalecimento da política estabelecida pelo Decreto nº 7.053/2009 é essencial para garantir a efetividade dos direitos e serviços destinados

à população em situação de rua. A articulação integrada entre as esferas de governo e a sociedade civil, aliada à implementação de diretrizes claras e mecanismos de monitoramento, é fundamental para assegurar o acesso a serviços essenciais e promover a dignidade e a cidadania dessas pessoas. Além disso, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos e a sensibilização da sociedade são cruciais para cultivar uma cultura de respeito e inclusão, reconhecendo a diversidade e a complexidade das experiências vividas por aqueles em situação de vulnerabilidade. Assim, ao adotar uma abordagem holística e intersetorial, a política não apenas atende às necessidades imediatas, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos possam exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade (Klein *et al.*, 2022).

A promoção da inclusão, acolhimento e equidade deve ser central na APS para pessoas em situação de rua. Isso inclui a criação de políticas de saúde que reconheçam e atendam às especificidades dessa população, a implementação de programas que incentivem a participação ativa dos usuários na gestão de sua própria saúde, e a garantia de acesso universal aos serviços de saúde. Em suma, a atenção primária à saúde para pessoas em situação de rua enfrenta desafios alarmantes, assim, é fundamental adotar abordagens integradas e sensíveis às particularidades dos indivíduos. Essas estratégias devem contribuir para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo, acolhedor e equitativo, capaz de responder de forma eficaz às complexas demandas de saúde dessa população vulnerável. Ao focar na inclusão e na equidade, podemos transformar o sistema de saúde em um verdadeiro aliado na promoção da dignidade e do bem-estar para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo sobre a atenção primária à saúde para pessoas em situação de rua, nota-se que a APS desempenha um papel essencial na promoção da saúde e da dignidade dessa população. A abordagem integrada, que considera as condições clínicas e os determinantes sociais da saúde, é essencial para garantir o acolhimento, a inclusão e a equidade das PSR. Dessa forma, este trabalho destaca a importância de políticas de saúde sensíveis às especificidades da população em situação de rua, a necessidade de formação e capacitação dos profissionais de saúde para um atendimento adequado e humanizado, e a importância da educação interprofissional na criação de equipes eficazes. Nesse contexto, o farmacêutico também é um profissional fundamental para a promoção de saúde às pessoas nessa situação, na medida em que garante o acesso adequado aos medicamentos e colabora na gestão farmacoterapêutica, orientando sobre o uso correto dos medicamentos. Todavia, é importante



ressaltar as limitações deste estudo, como a falta de dados atualizados sobre essa população vulnerável, bem como a escassez de estudos que investiguem abordagens inovadoras e eficazes na APS para essa população.

Portanto, novas pesquisas são necessárias para explorar estratégias de intervenção mais eficazes, avaliar o impacto das políticas de saúde voltadas para pessoas em situação de rua e identificar possíveis barreiras no acesso aos serviços de saúde. Essas ações podem contribuir para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo, atendendo melhor às necessidades dessa população tão negligenciada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008.

BRITO, C.; SILVA, L. N.. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 151-160. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320408>.

COUTO, J. G. de A.; ABREU, de D.; BOTAZZO, C.; ROS, da M. A.; MELLO, A. L. S. F.; CARCERI, D. L. Saúde da população em situação de rua: reflexões a partir da determinação social da saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 32, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220531pt>.

COUTO, J. G. A.; GODOI, H.; FINKLER, M.; MELLO, A. L. S. F. Atenção à saúde bucal da população em situação de rua: a percepção de trabalhadores da saúde da região Sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**. v. 29, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129040223>.

FARIAS, C. M. L.; MORAES, L.; ESPOSTI, C. D. D.; NETO, E. T. dos S. Absence of patients: barriers and determinants in access to health services. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. v. 15, n. 42, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2239](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2239).

FERNANDES, V. P. C. V. **Acesso e uso de medicamentos sob a perspectiva da pessoa em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva.) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021.

JESUS, A. A. da S. *et al.* Atenção à saúde da população em situação de rua no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 11, 2022. e3939. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e3939>.

KLEIN, A. D.; BOCK, J. S. Da efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua: uma análise crítica em atenção à dignidade da pessoa humana. **Seminário Nacional - Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

MACEDO, L. R.; MACIEL, E. L. N.; STRUCHINER, C. J. Populações vulneráveis e o



desfecho dos casos de tuberculose no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 26, n. 10, p. 4749-4759, ISSN 1678-4561, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.24132020>.

MACHADO, T. G. de O.; LAWDER, J. A. C.; SOUZA, J. B. de .; MATOS, M. A. de.; & FREIRE, M. do C. M. Condição periodontal de adultos em situação de rua temporariamente institucionalizados e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1347–1358, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.04172021>.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 29, n. 1, e66011, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n166011>.

OLIVEIRA, L. P. D. de; CABRA, R. R.; PINHEIRO, P. N. Q; ANDRADE, M. A. A importância do cuidado farmacêutico aos pacientes atendidos no consultório na rua. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 11, p. 72680-72694, 10 nov. 2022.

OLIVEIRA, A.; GUIZARDI, F. L. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190650>.

RAMIRO, F. D. S.; PADOVANI, R. D. C.; TUCCI, A. M. Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade: uma revisão sobre o fenômeno. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 101, p. 379-392, 2014.

ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e170161, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32170161>.

SANTOS, A. C. E.; BRUNFENTRINKER, C.; PENA, L. da S.; SARAIVA, S. dos S.; BOING, A. F. Analysis and comparison of tuberculosis treatment outcomes in the homeless population and in the general population of Brazil. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. v. 47, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36416/1806-3756/e20200178>.

SILVA, J. A.M.; PEDUZZI M.; ORCHARD C.; LEONELLO, V. M. Educação interprofissional e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 2, p. 16-24, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420150000800003>.

SOUSA, E. O. P.; CHAGAS, M. de S. O acadêmico de Medicina frente à população em situação de rua: Trabalho Colaborativo como ferramenta. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, p. 906-916, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213423>.

VALE, A. R.; VECCHINA, M. D. Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde. **Psicologia em Estudos**, v. 25, e45235, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45235>.

VALLE, F.; A. A. L. Saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2,



e300226, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300226>.

VALLE, F. P. A. L.; FARAH, B. F.; JUNIOR, N. C. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012413>.